Regente Feijó, 13 de junho de 2024.

Ofício nº 183/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para encaminhar a essa Augusta Casa de Leis, projeto de lei que insere dispositivo na Lei Municipal nº 3.210, de 17 de agosto de 2021, e dá outras providências.

Contando com a proverbial e costumeira atenção de Vossa Excelência, reitero protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ANDRÉ MARCELO ZUQUERATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
GUILHERME OLIVEIRA DA ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Regente Feijó – SP

PROJETO DE LEI Nº _____/2024

Inserir dispositivo na Lei Municipal nº 3.210, de 17 de agosto de 2021, e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o § 3º do art. 2º da Lei Municipal 3.210, de 2021, com a seguinte redação:

§ 3º A gratificação prevista no *caput* deste artigo tem natureza indenizatória, não será incorporada aos vencimentos para nenhum efeito, bem como não será considerada para cálculo de quaisquer vantagens pecuniárias, não incidindo sobre ela os descontos previdenciários, de assistência médica ou de natureza tributária.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Regente Feijó, 13 de junho de 2024.

ANDRÉ MARCELO ZUQUERATO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

JUSTIFICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº _____/2024

Senhor Presidente e Vereadores,

Cumprimentando-os, venho encaminhar a essa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei que insere dispositivo na Lei Municipal nº 3.210, de 17 de agosto de 2021, e dá outras providências.

Em síntese a proposta visa excluir da base de cálculo do IRRF dos policiais militares que participam da Atividade Delegada, o valor pago pela Prefeitura Municipal a título de gratificação, já que a mesma possui natureza indenizatória.

Portanto, totalmente justificada se encontra a presente propositura.

Atenciosamente,

ANDRÉ MARCELO ZUQUERATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal